

## Artigo

# **O Sono da Razão e a Produção de Monstros no Brasil: capitalismo dependente, decadência ideológica da burguesia e o avanço do irracionalismo**

Augusta Rocha\*  
Roberto Silva\*\*  
Emilly Bezerra\*\*\*

### **Resumo**

A racionalidade se tornou foco no movimento Iluminista, contexto que ocorreu em linhas gerais a crise do feudalismo e ascensão da classe burguesa. Esse momento contribuiu para uma mudança radical nas bases filosóficas, políticas e econômicas. Chegando ao poder, a burguesia se torna conservadora e adentra no período de decadência ideológica, abandonando as promessas da modernidade e abdicando da centralidade da razão e da teoria social. Portanto, este trabalho visa realizar uma breve análise sobre algumas expressões da decadência ideológica burguesa na realidade brasileira de capitalismo dependente, sobretudo a partir do avanço do irracionalismo, conservadorismo e até fascismo na realidade nacional dos últimos cinco anos. Metodologicamente este trabalho desenvolve-se mediante revisão de literatura possibilitada a partir das referências teóricas e reflexões na disciplina de Teoria Social oferecida no Departamento de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS–UFRN). Além disso, tem como matriz metodológica o método crítico-dialético.

**Palavras-chave:** Teoria Social. Decadência ideológica. Irracionalismo. Conservadorismo. Brasil.

### **The Sleep of Reason and the Production of Monsters in Brazil: dependent capitalism, the ideological decadence of the bourgeoisie and the advance of irrationalism**

### **Abstract**

Rationality became the focus of the Enlightenment movement, a context in which the crisis of feudalism and the rise of the bourgeois class occurred. This moment contributed to a radical change in philosophical, political and economic foundations. Upon coming to power, the bourgeoisie became conservative and entered a period of ideological decay, abandoning the promises of modernity and giving up the centrality of reason and social theory. Therefore, this work aims to make a brief analysis of some expressions of bourgeois ideological decadence in the Brazilian reality of dependent capitalism, especially from the advance of irrationalism, conservatism and even fascism in the national reality of the last five years. Methodologically, this work is developed through a literature review made possible by theoretical references and reflections in the discipline of Social Theory offered at the postgraduate of Social Work at the Federal University of Rio Grande do Norte

(PPGSS-UFRN). Furthermore, its methodological matrix is the critical-dialectical method.

**Keywords:** Social Theory. Ideological decadence. Irrationalism. Conservatism. Brazil.

\* Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco, [augusta.rocha.704@ufrn.edu.br](mailto:augusta.rocha.704@ufrn.edu.br)

\*\* Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [rmas2007@gmail.com](mailto:rmas2007@gmail.com)

\*\*\* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, [emillybezerraf@gmail.com](mailto:emillybezerraf@gmail.com)

**U**m homem dormindo entre seus escritos e desenhos, tendo sua razão perturbada por um sono atormentado por criaturas assombrosas que lhe rondam. Ao lado dessas criaturas, estão as corujas que são símbolos da filosofia e sabedoria tentando acordá-lo desse sono perturbador e angustiante. A obra do pintor espanhol Francisco Goya (1746-1828) pintada em 1799 intitulada “*O sono da razão produz monstros*” retrata os desafios da modernidade no final do século XVIII, quando o movimento Iluminista embasava os debates e realizava uma importante transição cultural, política e, fundamentalmente, econômica para o mundo burguês na defesa de uma sociedade livre, alicerçada em princípios racionais.

Esses alicerces, no entanto, são abandonados tão logo a classe burguesa torna-se dominante e pretende continuar conservando a sociedade que lhe assegura dessa forma. Assim, entra-se na decadência ideológica burguesa na qual a razão é adormecida, o pensamento é composto de migalhas epistemológicas e abre-se as possibilidades para formas irracionais de compreensão da realidade desde que legitimem a ordem. Desse modo que no Brasil a produção de monstros, figuras irracionais que fogem a uma compreensão científica e racional do porque encontram legitimidade, apresentam-se na realidade e possuem base material de explicação.

Desse modo, nesse artigo será abordado o avanço de expressões irracionais e conservadoras no Brasil, país de capitalismo dependente, que vivencia de acordo com suas particularidades o contexto de decadência ideológica burguesa, sobretudo a partir do avanço do irracionalismo na realidade nacional nos últimos cinco anos. Este trabalho deriva de uma revisão de literatura possibilitada a partir de reflexões da disciplina de Teoria Social oferecida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (PPGSS-UFRN).

A metodologia está pautada na matriz teórica marxista e tem como método de análise o materialismo histórico crítico-dialético, onde, de acordo com Ferraz, Chaves e Ferraz (2018), é o objeto o responsável por estabelecer o percurso necessário para conhecê-lo e não as nossas próprias motivações, mesmo que estas estejam presentes no processo. Assim, “a objetividade está posta, a despeito de termos ou não consciência dela, por outro lado, temos a possibilidade de termos consciência dela, mas essa não determina a primeira, é a primeira a condição de possibilidade da segunda (idem, 2018, p. 6; 20). Dessa forma, o arsenal teórico-metodológico fornecido pelo materialismo histórico dialético, enquanto método de análise do real, possibilita a posição do pesquisador em relação ao objeto de conseguir extrair e apreender dele as suas múltiplas determinações.

A partir dessa perspectiva, tem-se como objetivo nesse estudo apreender as expressões do irracionalismo na realidade brasileira dependente a partir das repercussões da decadência ideológica burguesa. Para isso encontra-se dividido em 2 partes: uma primeira que caracteriza a revolução burguesa, as promessas da modernidade, o advento da teoria social e o período de decadência ideológica e uma segunda que se debruça sobre a realidade brasileira e algumas expressões de avanço irracional e da razão miserável a partir do avanço do fascismo no cenário nacional. Por último, as considerações finais contendo as principais reflexões síntese sobre a decadência ideológica, o irracionalismo e as mediações para entendimento da realidade brasileira.

## **2. Revolução burguesa e promessas da modernidade: do advento da teoria social à decadência ideológica da burguesia**

A razão moderna é edificada a partir da concepção do ser humano enquanto ser auto criador que dotado de racionalidade e teleologia faz sua história, mesmo que sob condições históricas concretas determinadas. Esse predomínio da razão e da ação humana insere-se no contexto de transformações históricas desencadeadas com a crise do feudalismo a partir do século XIV no curso do que viria a ser a Revolução Burguesa: uma época de revolução social iniciada com grupos mercantis, os quais se tornaram figuras importantes na economia, principalmente, durante os séculos XV e XVII. Além disso, percebe-se a configuração de uma nova classe social constituída que disputa a hegemonia política-cultural.

Essa nova classe reúne as condições para o enfrentamento da feudalidade tanto economicamente quanto na detenção do poder político, cujo exemplo mais emblemático é a Revolução Francesa de 1789 marcando o desfecho de uma luta de classes plurissecular, somada com o contexto de desencadeamento da Reforma Protestante e do movimento Renascentista.

As mudanças instauradas com o domínio da burguesia colocam-se sobretudo na sua figura como classe revolucionária, como porta-voz do progresso social, condensando o projeto de emancipação humana resumido nas célebres palavras: liberdade, igualdade e fraternidade. As promessas da modernidade colocam a ciência, a razão humana e o homem (sentido humano-genérico) em patamar central, erigindo-se sobretudo a partir de três pilares: o humanismo, o historicismo e a razão dialética ao mesmo tempo que balizam uma determinada concepção de razão - a razão moderna.

Esses três pilares são fundamentais para o advento da teoria social:

1. A razão dialética no sentido de pensar as contradições da realidade, a negatividade das relações;
2. A historicidade na perspectiva de pensar o mundo a partir da história, das relações concretas reais; e
3. O Humanismo como a teoria de que o homem é um produto de sua própria atividade, de sua história coletiva, mesmo que sob condições históricas. Assim, torna-se

possível teorias explicativas sobre a sociedade, de uma explicação global com razão, humanismo, historicidade que se debruce sobre as leis de desenvolvimento da sociedade.

No entanto, quando o mundo burguês se consolida, as bases que estruturam a teoria social são duramente questionadas. Isto porque instaurado seu domínio de classe, a burguesia sofre uma profunda mudança passando de classe revolucionária para classe conservadora cujo objetivo central torna-se conservar o regime que estabeleceu. Assim, como aponta Coutinho (2010), a razão e a teoria social que antes encontrava centralidade para burguesia agora é renegada ou apresenta limites de análise, visto que:

Ao tornar-se uma classe conservadora, interessada na perpetuação e na justificação teórica do existente, a burguesia estreita cada vez mais a margem para uma apreensão objetiva e global da realidade; a razão é encarada como um ceticismo cada vez maior, ou renegada como instrumento do conhecimento ou limitada a esferas progressivamente menores ou menos significativas da realidade (idem, p. 22).

Dessa forma, pode-se apontar momentos distintos do desenvolvimento da história da filosofia burguesa, em que um dado momento caracterizava-se pela centralidade da razão, conhecimento científico sem limites a essa produção e outro marcado pelos limites impostos ao conhecimento que encontre as raízes e questione as bases de legitimação burguesa. Coutinho (2010) auxilia nessa categorização ao dividir em dois momentos principais: o primeiro abrange os pensadores renascentistas até Hegel, caracteriza-se por um movimento ascendente, progressista que se orienta por elaboração racional, humanista e dialética; e o segundo, consiste na radical ruptura dessa tradição humanista e da modernidade entre 1830-1848 assinalada por uma progressiva decadência ideológica na qual ocorre o abandono mais ou menos completo das conquistas do período anterior.

Desse modo, o último dos ideólogos que carrega as marcas da tradição emancipadora da modernidade e que não sucumbe ao período de decadência é Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831), deixando contribuições

fundamentais também para a teoria social de Marx, principalmente vinculado às bases filosóficas:

O sistema de Hegel levou a termo o período da filosofia moderna que começara com Descartes e dera corpo às ideias básicas da sociedade moderna. Hegel foi o último a interpretar o mundo como razão, a sujeitar a natureza e a história aos critérios do pensamento e da liberdade (Marcuse, 2004, p. 220).

Após Hegel, aprofunda-se o período de decadência ideológica e os pilares fundamentais da teoria social são cada vez mais esquecidos e no lugar deles erige-se outras compreensões e fundamentos que limitam a possibilidade do conhecimento científico. Ao invés do humanismo coloca-se a condição de um individualismo exacerbado, no lugar do historicismo surge a pseudohistoricidade de forma subjetiva e abstrata que não apreende as relações sociais concretas e no local da razão dialética vê-se o predomínio do irracionalismo, com a destruição da razão.

Essas condições também são determinantes no campo da produção do conhecimento científico enquanto uma tendência geral que reverbera nas condições de entendimento da realidade e sua conseqüente transformação. Assim, se antes os ideólogos buscavam compreender as verdadeiras forças motrizes da sociedade, no período da decadência assiste-se *tendencialmente* a uma liquidação das tentativas realizadas anteriormente, tendo em vista que mesmo na decadência ainda existem teóricos produzindo de forma crítica, racional e profunda.

Gerrard Winstanley na Inglaterra do século XVI é um desses expoentes de pensamento crítico, publicando diversos panfletos como “A Nova Lei da Justiça” em janeiro de 1649 no qual denunciava que a causa principal de todos os males sociais é a propriedade privada, isto é, a divisão em “o que é meu” e “o que é teu”. O inglês era o dirigente de um grupo de pessoas que denunciando a propriedade privada lutavam pela igualdade verdadeira e assim intitulavam-se igualitaristas verdadeiros, conforme apontam Valovoi e

Lapchiná (2015). Essas reflexões levaram o grupo a constatar a necessidade de outra ordem social e de outra forma de organização da produção:

A negação da propriedade privada levou o autor a constatar a necessidade de restabelecer a posse comunal da terra enquanto meio de produção principal, perdida outrora na trajetória de desenvolvimento da humanidade. Winstanley sugeriu uma república para os pobres, sem propriedade privada (ValovoiI; Lapchiná, 2015, p. 6, 7).

O inglês previu alguns problemas que, quase dois séculos depois, adquiriram maior gravidade e aproximou-se da compreensão da essência de classe do Estado<sup>1</sup> e da necessidade de abolir a propriedade privada. No entanto, trata-se de um dentre os poucos autores que conseguem estabelecer uma compreensão de totalidade da vida social e que não sucumbe à decadência ideológica. Assim, a *tendência geral* na construção do pensamento teórico tanto no período moderno quanto na contemporaneidade marca-se por uma construção que até analisa a realidade, mas não de forma profunda e dialética.

Por isso recorreremos à caracterização de Netto (1981) ao discorrer sobre a decadência ideológica e as *condições gerais* da pesquisa científica na qual ocorre uma completa “fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivo e místico – é a tendência geral da decadência ideológica” (idem, p. 112).

Dessa forma, o pensamento não é mais fecundado pelas contradições do desenvolvimento social, mas sim de acordo com as necessidades econômicas e políticas da burguesia. Atendendo a essas necessidades de classe, percebe-se um afastamento cada vez maior das teorizações que dialogam com a realidade concreta, aspecto que é característica própria da pseudociência eclética, a qual transforma cada vez mais as afirmações da ciência em frases vazias.

No entanto, é preciso reafirmar a posição da crítica e da contra hegemonia frente ao cenário onde predomina a decadência ideológica. Esse movimento é realizado pela produção de uma ciência comprometida com a

realidade e que busca a essência dos objetos. A partir do entendimento da realidade na perspectiva de totalidade marxiana, não reproduzindo a tendência de decadência ideológica burguesa é possível estabelecer mediações e entender realidades singulares que também são afetadas por esse contexto. Isto é, a partir das contribuições fornecidas pela teoria social marxiana pode-se apreender a realidade brasileira através de uma análise materialista, histórica e dialética.

Assim, pode-se questionar como esse contexto de decadência ideológica burguesa recai na realidade brasileira, país de capitalismo periférico e dependente, que apesar de não ter vivenciado o feudalismo e a transição para modernidade, esteve inserido no circuito de consolidação do capital. Além disso, é fundamental compreender como as determinações da sociedade burguesa recaem na realidade dos países periféricos com singularidades específicas da formação social de cada país e da inserção na divisão internacional do trabalho. A discussão sobre esta temática será apresentada no tópico a seguir.

### **3. Capitalismo dependente, crise burguesa e avanço do neofascismo: o sono da razão e a criação de monstros irracionais no Brasil**

Estabelecer análises sobre a realidade brasileira implica na necessidade de situá-la no contexto de desenvolvimento capitalista a partir de sua inserção periférica e dependente. Esse movimento é indispensável para compreender como a decadência ideológica está dada no Brasil, considerando também os seus rebates e implicações no avanço de expressões irracionais na realidade nacional.

O desenvolvimento do capitalismo não acontece a partir de um padrão único e invariável, tendo em vista que a forma de expansão capitalista é um processo desigual e combinado envolvendo duas formações que se articulam em áreas centrais e áreas periféricas ou complementares. Os países periféricos e, particularmente os países da América Latina, não podem ser

entendidos fora do processo de expansão capitalista europeu, posto que essa relação essencialmente modificou a vida destes espaços geográficos.

Assim, países de formação social colonial como o Brasil possuem na sua base histórica um processo de dependência estrutural, onde suas economias são condicionadas pelas necessidades de outras economias, conceito sobre o qual o autor reflete de modo preciso e crítico evidenciando tratar-se de uma situação econômica que submete determinados países, de modo que:

Por dependência entendemos uma situação econômica na qual certas sociedades tem a sua estrutura condicionada pelas necessidades, as ações e os interesses de outras economias que exercem sobre elas um domínio. O resultado é que estas sociedades se definem de acordo com esta situação condicionante [...]. Entretanto, em última instância, elas não estão determinadas por esta situação condicionante, e sim pelas forças internas que as compõem. É o caráter destas forças internas que explica a sua situação dependente e também a sua capacidade de enfrentamento ou submissão aos impulsos externos que as condicionam (Santos, 1994, p. 15, 16).

Essa dependência atua visando atender os interesses dos países de capitalismo central, os quais desde o capitalismo mercantil determinam os modos de produção e reprodução social nesses espaços, moldando a sociabilidade e a economia conforme seus interesses. Países que se enquadram como periféricos geralmente possuem uma produção especializada para o mercado internacional, além de terem uma exploração intensiva da mão-de-obra e baixa remuneração. Esses três elementos formam um trio constante na análise da dependência, a qual necessariamente se afirma no período colonial estendendo-se nos séculos seguintes com diferentes nuances.

A inserção no capitalismo deu-se sobretudo através do extermínio<sup>2</sup>, da colonização, do atendimento de necessidades externas e do binômio dominação-exploração. Esse processo capitalista expressa as condições materiais de produção, como também as condições de reprodução social, das condições materiais da existência humana e as relações sociais através das

quais levam efeito a produção. E é nesse processo que concomitantemente “se reproduzem as ideias e representações que expressam estas relações e as condições materiais em que se produzem” (Iamamoto; Carvalho, 2009, p. 30).

Desse modo, as condições de sociabilidade dos países dependentes são permeadas pela decadência ideológica burguesa, posto que a reprodução social também é afetada pelas condições materiais. Esse é apenas um dos atravessamentos encontrados a partir das análises que consideram as particularidades da formação social de cada país. O Brasil, por exemplo, viveu séculos de escravidão, extermínio dos povos originários com raízes históricas assentadas no patriarcado, machismo, racismo e LGBTfobia.

Assim que na realidade nacional, as marcas do período colonial e da formação social continuam presentes, através de uma *modernização conservadora*, em que se moderniza mantendo o atraso, conservando-se marcas históricas. Essas particularidades da formação social nacional, impõe determinações histórico-particulares do Estado nacional brasileiro. Como acentua Mazzeo (1989), a sociedade brasileira possui em suas bases históricas colorações ao gosto aristocrático de um “conservadorismo extremado que se expressará tanto nas ideias das “classes dominantes” como em sua prática político-econômica” (idem, p. 89).

Existe desse modo um “pensamento conservador à brasileira”, em que se confluem determinações ideológicas (em sentido amplo e restrito) herdadas do passado colonial, escravista se cristalizando em princípios e valores de ordem, autoridade, disciplina e até meritocracia. Souza (2016, p. 215, 216) pontua como os desdobramentos dessa base conservadora redundam sobretudo “em tendências antidemocráticas e de “hipocondria” anticomunista, além da produção de uma cultura política contrária à noção de conquista de direitos dos trabalhadores”.

Essas expressões conservadoras na realidade brasileira que se apresentam de maneira mais contundente em 2014/2015 ainda no mandato da Presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) fazem parte de um movimento mais amplo de avanço da extrema direita no mundo. Como aponta

Wendy Broom (2019, p. 9, 10) sobre a ascensão da política antidemocrática no Ocidente:

Para sua própria surpresa, forças da extrema direita subiram ao poder nas democracias liberais pelo mundo todo. Cada eleição traz um novo choque: neonazistas no parlamento alemão, neofascistas no italiano, o Brexit conduzido pela xenofobia alimentada por tablóides, ascensão do nacionalismo branco na Escandinávia, regimes autoritários tomando forma na Turquia e no Leste Europeu e, é claro, o trumpismo. O ódio e a belicosidade racistas, anti-islâmicos e antissemitas crescem nas ruas e na internet. Grupos de extrema direita recentemente amalgamados têm eclodido audaciosamente na vida pública após terem passado anos à espreita, na maior parte do tempo nas sombras (Brown, W. 2019, p.9-10).

Na realidade brasileira não foi diferente e o movimento reacionário foi se formando em 2015 pela deposição e impeachment de uma presidenta eleita democraticamente e como aponta Boito Júnior “De lá, saiu, após depuração, o movimento especificamente neofascista – o bolsonarismo” (Boito Jr., 2020, p. 115). Nessa conjuntura que se abre para o aprofundamento do conservadorismo, irracionalismo e até o fascismo que após o golpe que tirou o mandato presidencial legítimo da presidenta Dilma e colocou no poder Michel Temer, acentua-se o que na literatura econômica segundo Salvador (2020), denomina-se política de austeridade, em particular, a fiscal.

Esse cenário *temeroso*, no entanto, se agrava em 2018 quando a extrema direita com traços fascistas<sup>3</sup> se elege ao poder Executivo na figura de Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal) que com apoio de frações da burguesia nacional e internacional, contando com uma base social caracterizada pela disseminação do ódio e de ataques à democracia, alcançou o comando do governo central marcado pela política de austeridade fiscal e de contrarreformas do Estado.

Isso aponta como a crise política e econômica vivenciada no país é mais grave e profunda indicando expressões da sociedade burguesa em crise e em cenário de decadência ideológica. Assim que tanto o fascismo em sua forma clássica no século XX quanto às expressões irracionais do neofascismo brasileiro contemporâneo possuem elementos em comum visto que:

estão articuladas com uma crise econômica do capitalismo; apresentam uma crise de hegemonia no interior do bloco no poder – disputa entre o grande e o médio capital, num caso, e disputa entre a grande burguesia interna e grande burguesia associada ao capital internacional, no outro; comportam uma aspiração da burguesia por retirar conquistas da classe operária; são agravadas pela formação abrupta de um movimento político disruptivo de classe média ou pequeno burguês; comportam uma crise de representação partidária da burguesia; são marcadas pela incapacidade dos partidos operários e populares de apresentarem solução própria para a crise política – os socialistas e comunistas foram derrotados antes da ascensão do fascismo ao poder (Poulantzas, 1970) e o movimento democrático e popular no Brasil vem sofrendo uma série de derrotas desde o impeachment de Dilma Rousseff e revelando incapacidade de reação (Boito Jr., 2018; 2019 *apud* Boito Jr., 2020, p. 117).

Justamente nesse cenário que se encontra em crise tanto do ponto de vista econômico quanto político, social e ideológico, que a burguesia solta os seus *monstros*. Com os monstros à solta é possível manter o poder de classe mesmo que recorrendo ao avanço do ódio, de ataques à democracia e de disseminação de preconceitos.

Estratégia que encontra terreno fértil na sociedade brasileira marcada pelo conservadorismo extremado e que se alia com o sono da razão e a falta de reconhecimento do conhecimento crítico. Assim que quanto mais a razão é atacada mais os monstros se difundem e se espriam no nosso cotidiano.

Desse modo, como aponta o espanhol Francisco Goya na sua marcante obra que expressa essas condições de decadência, *o sono da razão produz monstros*:

**Figura 1 - O sono da razão produz monstros**



Fonte: GOYA, Francisco. El sueño de la razón produce monstruos (207 x 145 mm); los caprichos de nº 43. 1797, Séc. XVIII. Reprodução: FRANCISCO GOYA: LOS CAPRICHOS (a-r-t.com).

Em cada país, no entanto, os monstros soltos pela burguesia se diferenciam tendo em vista as diferentes formações sociais e a forma de inserção no capitalismo internacional. Com o avanço conservador e de tendências fascistas na realidade brasileira, os monstros à solta possuem essas determinações em sua forma de se apresentar na realidade.

Nesse sentido, conforme afirma Souza (2016, p. 210), a “ideologia conservadora contemporânea, tal como se apresenta no Brasil em suas tendências ideais, teóricas políticas mais aparentes, é portadora de uma tendência ao crescimento da intolerância e da agenda de ataques aos direitos civis, políticos e sociais”. O autor segue sua análise sobre o conservadorismo brasileiro apresentando elementos como: a adesão a cânones da perspectiva liberal para influenciar na economia e a realização de uma:

[...] cruzada anti-historicista no campo das ciências sociais e do debate político, defendendo uma concepção "presentista" de mundo [...]. Isto é, apenas a manutenção do imediato aqui e agora interessariam à política e às ciências. Esse “presentismo” opera um

traço fundamental da decadência ideológica que permeia o pensamento burguês: a desistoricização do tempo presente. Com isso, observa-se a adesão do conservadorismo “presentista” ao pragmatismo (idem, p. 212).

Como expressão da vertente que condena a razão e o racionalismo, surgem na sociedade figuras *monstruosas* como o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (PSL 2018-2022), o qual é a imagem materializada das formas embrionárias de totalitarismo e do conservadorismo irracionalista.

Vejamos: durante a pandemia da COVID-19 que ceifou mais de 670 mil vidas brasileiras, o referido ex-presidente de extrema direita, negava o progresso científico, o acesso às vacinas e defendia remédios com eficácia não comprovada contra a doença, ao passo que banalizava as vidas humanas: “Todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta. Lamento as mortes. Morre gente todo dia, de uma série de causas. É a vida”<sup>4</sup>.

Bolsonaro também defendia uma falsa dicotomia entre economia e saúde. O ex-presidente apostava e fomentava em seus discursos um retorno imediato das atividades econômicas, mesmo com orientações sanitárias recomendando a suspensão destas e reforçar a indispensabilidade do funcionamento apenas dos serviços considerados essenciais. Com uma proposta de “quarentena vertical”, a classe trabalhadora ativa não cumpriria o distanciamento social, retornando ao trabalho sem medidas de segurança em um cenário caótico e insalubre.

Por sua vez, a burguesia poderia seguir cumprindo o distanciamento social e dando continuidade aos seus projetos de classe, enquanto os trabalhadores e trabalhadoras estariam colocando a vida em risco para ter acesso a um emprego – ainda que precário –, com uma renda insuficiente para a manutenção de sua força de trabalho e lutando para não perderem as mínimas condições de subsistência que conheciam. Nesse sentido, o capitalismo seguiria então o seu dinamismo “normal” – lê-se voraz –, legitimado por um governo que menosprezava a vida dos trabalhadores e trabalhadoras mais pobres, seguindo em direção a um genocídio<sup>5</sup> do povo brasileiro.

Frente ao cenário exposto, onde se tornou explícita a banalização da vida humana, sobretudo da classe trabalhadora no contexto pandêmico do século XXI, observamos também os limites das expressões da questão social e de decadência ideológica burguesa sendo uma forma multifacetada que “condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que o realizam – na era do capital fetiche” (Iamamoto, 2008, p. 147).

### **Considerações Finais**

Com o cenário de decadência ideológica, as mediações para entendimento da realidade brasileira de capitalismo dependente e o avanço do conservadorismo e do irracionalismo, percebe-se como a razão encontra-se nesse contexto adormecida, conforme epígrafe, e a ciência não é mais colocada como elemento central na construção do conhecimento. Em sua posição nesse cenário de barbárie do capital, o irracionalismo assume centralidade (no sono da razão são produzidos os monstros) enquanto uma síntese de duas das principais consequências da decadência ideológica: a apologia direta a ordem e a miséria da razão.

Assim, não se coloca outro ordenamento social possível, apenas a legitimação e reprodução do sistema socioeconômico vigente, ao passo que a razão é atrofiada, relegada e deixada em segundo plano. Nota-se que ideias, mesmo que mais absurdas, deslocadas da realidade e sem respaldo científico ganham coro na sociedade, tais como as *fake news* que estimularam o negacionismo científico em plena pandemia, bem como o espaço para falas que reproduzem machismo, racismo, LGBTfobia proferidas por Bolsonaro e seus apoiadores, recheadas de discurso de ódio com apelo à liberdade de expressão, no cenário pré-eleições de 2018. E que mesmo em cenário de profunda crise sanitária como a pandemia de COVID-19 a ciência e a razão encontram-se relegados, sendo facilmente questionadas por outras narrativas que questionam o respaldo científico.

Ainda que a figura máxima do monstro que aterroriza a liberdade e a razão tenha sido deposta através das eleições de 2022, percebe-se que o bolsonarismo ainda move seus tentáculos na construção de uma obra aterrorizante. O reflexo dessa afirmação pode ser observado ao fazer análise da bancada da Câmara dos Deputados, por exemplo, onde o Partido Liberal (partido do ex-presidente) tem a maior bancada contando com 99 eleitos.

Dessa forma, essas expressões de irracionalismo no cenário brasileiro retratam a fuga desesperada de um mundo decadente que convida ao desespero. Um mundo capitalista que aprofunda sua crise econômica, social, política e ideológica. *O sono da razão produz monstros*, como diz Goya, e o despertar desse sono e a dissolução desses monstros só será possível através do fortalecimento e organização da classe trabalhadora empenhada na construção de outra sociedade, para além do capital, da decadência ideológica, exploração, da opressão, da desigualdade e dos monstros.

\* **Augusta Rocha** é Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Mestra em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRN e Doutoranda em Serviço Social na Universidade Federal de Pernambuco. É membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Questão Social, Política Social e Serviço Social.  
Contato: [augusta.rocha.704@ufrn.edu.br](mailto:augusta.rocha.704@ufrn.edu.br)

\*\* **Roberto Silva** é Graduado em Filosofia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1989), mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (1999) e doutorado em Desenvolvimento Sustentável pela Universidade de Brasília (2006). Professor Associado na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atuou no Governo Federal na gestão de políticas públicas de trabalho e economia solidária (2003 - 2016).  
Contato: [rmas2007@gmail.com](mailto:rmas2007@gmail.com)

\*\*\* **Emilly Bezerra** é Assistente Social e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Possui mestrado (2022-2024) e graduação em Serviço Social (2015-2019) pela mesma universidade. É especialista em Atenção Psicossocial pelo Programa de Residência Multiprofissional em Saúde no Hospital Universitário Onofre Lopes (2020-2022) e em Serviço Social e Dependência

Química pela UniBF (2021). É pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa em Trabalho e Marxologia e da Rede de Estudos em Trabalho e Marxologia.

Contato: [emillybezerraf@gmail.com](mailto:emillybezerraf@gmail.com)

Artigo recebido em: 24/05/2023

Aprovado em: 10/08/2023

Como citar este texto: ROCHA, Augusta; SILVA, Roberto Silva; BEZERRA, Emilly.. O Sono da Razão e a Produção de Monstros no Brasil: capitalismo dependente, decadência ideológica da burguesia e o avanço do irracionalismo. **Perspectivas Sociais**, Pelotas, vol. 09, nº 02, p. 11-30, 2023.

## REFERÊNCIAS

BOITO JÚNIOR, A. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo. *Crítica Marxista*, n.50, p.111-119, 2020.

BROWN, W. **Nas ruínas do Neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. traduzido por Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. - São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019, 256 p.

COUTINHO, C. N. "O problema da razão na filosofia burguesa". In: Coutinho, C.N. **Estruturalismo e Miséria da Razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

D. VALOVOI; G. LAPCHINÁ. **Gerrard Winstanley 1609-1652 DE ACORDO COM AS LEIS DA LIBERDADE E DA JUSTIÇA**. In: \_\_\_\_\_. Nomes no Obelisco. 2015.

ENCICLOPÉDIA DO HOLOCAUSTO. **O que é genocídio**. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/what-is-genocide>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FERRAZ; D. L. da S.; CHAVES, R. H. S.; FERRAZ, J. de M. Para além da Epistemologia: reflexões necessárias para o desenvolvimento do conhecimento. **Revista Eletrônica de Administração, [S. l.]**, v. 24, n. 2, p. 1–30, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/read/article/view/80474>. Acesso em: 18 abr. 2023.

IAMAMOTO, M. V.; C., R.de. **Relações Sociais e Serviço Social: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez. [Lima, Peru]. CELATS, 2009.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2008.

LUKÁCS, G. A decadência ideológica e as condições gerais da pesquisa científica. In: **Lukács: Sociologia**. NETTO, J. P. (org.); Fernandes, F. (coord.). São Paulo: Ática, Grandes cientistas sociais, vol. 20, 1981.

MARCUSE, H. **Razão e revolução**. Hegel e o advento da teoria social. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

MARX, K. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Livro 1: O processo de produção do capital. Posfácio da 2ª Edição. São Paulo: DIFEL, 1982.

MARX, K. Capítulo XXIV A chamada acumulação primitiva. In: **O Capital: crítica da Economia Política**. São Paulo: Ed. Nova Cultural, 1996.

MARX, K.; ENGELS, F. O Manifesto do Partido Comunista. Boitempo Editorial; 1ª edição, 1998.

MAZZEO, A. C. As determinações histórico-particulares do Estado Nacional Brasileiro. In: \_\_\_\_\_. **Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa**. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.

NETTO, J. P.; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NATIONAL MUSEUM TOUR. **El sueño de la razón produce monstruos**. Francisco Goya. LOS CAPRICHOS. Exhibition Premieres at Knoxville Museum of Art, July 2005. Disponível em [FRANCISCO GOYA: LOS CAPRICHOS \(a-r-t.com\)](http://FRANCISCO GOYA: LOS CAPRICHOS (a-r-t.com)). Acesso em 10 de maio de 2023.

SANTOS, T. **Evolução Histórica do Brasil: da colônia à crise da Nova República**. Petrópolis/RJ: Vozes, 1994.

SOUZA, J. M. A. de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. Tese doutorado, UFPE, 2016. 304 p.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP. **A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19**. São Paulo, 2021. USP (2021). Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/003016698>. Acesso em: 18 abr. 2023.

---

<sup>1</sup> O sentido classista contido no Estado explica-se ao ser uma entidade vinculada as classes sociais demandada para mediar os antagonismos entre as classes sociais, entre os explorados e exploradores, afinal a história escrita pela humanidade “de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 1998, p. 40). Passando por diferentes momentos históricos o antagonismo entre as classes esteve presente esse antagonismo central:

“Homem livre e escravo, patrício e pebleu, senhor feudal e servo, mestre de corporação e companheiro, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em conflito” (Marx; Engels, 1998, p. 40). Essa forma de compreensão da realidade a partir dos antagonismos de classe, coloca uma chave de análise marxiana que apreende o Estado nessa relação entre as classes. Como o Estado ao decorrer dessas diferentes sociedades de classe atende aos interesses da classe dominante é o elemento central e assim como desenvolve instituições políticas, jurídicas e legais que conformem uma igualdade legal que ampare a desigualdade no plano de vida real, concreto. Assim, o executivo no Estado Moderno “não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa” (Marx; Engels; 1998, p.42).

<sup>2</sup> A descoberta das terras do ouro e da prata, na América, o extermínio, a escravização e o enfurnamento da população nativa nas minas, o começo da conquista e pilhagem das Índias Orientais, a transformação da África em um cercado para a caça comercial às peles negras marcam a aurora da

---

era de produção capitalista. Esses processos idílicos são momentos fundamentais da acumulação primitiva. [...] Esses métodos baseiam-se, em parte, sobre a mais brutal violência, por exemplo, o sistema colonial. Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parteira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (Marx, 1996, p. 370).

<sup>3</sup> Definimos o movimento fascista como um movimento reacionário de massa e, seguindo Togliatti, a ditadura fascista como um regime reacionário de massa. Esse elemento a distingue da ditadura militar – questão muito discutida na esquerda brasileira nas décadas de 1960 e 1970. O fascismo é, digamos assim e tomando emprestada a terminologia da biologia, o gênero, sendo o fascismo original e o neofascismo brasileiro duas espécies diferentes do gênero à qual ambas pertencem. O fato de se tratar de um movimento de uma camada intermediária da sociedade capitalista é importante. O fascismo não é um movimento burguês, embora chegue ao governo cooptado pela burguesia e embora seja, desde o seu início, ideologicamente dependente da burguesia. Ele é um movimento de massa de uma camada intermediária e apresenta, portanto, elementos ideológicos e interesses econômicos de curto prazo que podem destoar da ideologia e dos interesses econômicos imediatos da burguesia (Boito Jr., 2020, p. 115).

<sup>4</sup> “Todos vocês vão pegar um dia. Tem medo do quê? Enfrenta. Lamento as mortes. Morre gente todo dia, de uma série de causas. É a vida”, afirma o Presidente em meio a uma aglomeração em Bagé (RS). Mentiu, ainda, que a cidade havia enfrentado a pandemia sem restrições à atividade econômica, quando na verdade o prefeito Divaldo Lara (PTB) adotou medidas quarentenárias, inclusive toque de recolher e barreiras sanitárias (Universidade de São Paulo, 2021).

<sup>5</sup> O termo genocídio segundo a Enciclopédia do Holocausto (2021) foi um termo criado após 1944 como um conceito específico para designar crimes que têm como objetivo a eliminação da existência física de grupos nacionais, étnicos, raciais e/ou religiosos. Assim, Lemnik define genocídio como um plano coordenadora com ações que objetivam destruir os alicerces fundamentais da vida de grupos nacionais com o objetivo de aniquilá-los. Em 1948 as Nações Unidas aprovaram a convenção para a Prevenção e Punição de Genocídio estabelecendo o “genocídio” como crime de caráter internacional tendo as nações signatárias o comprometimento de efetivar as ações para evitá-lo e puni-lo sendo definido como: “Por genocídio entende-se quaisquer dos atos abaixo relacionados, cometidos com a intenção de destruir, total ou parcialmente, um grupo nacional, étnico, racial, ou religioso, tais como: (a) Assassinato de membros do grupo; (b) Causar danos à integridade física ou mental de membros do grupo; (c) Impor deliberadamente ao grupo condições de vida que possam causar sua destruição física total ou parcial; (d) Impor medidas que impeçam a reprodução física dos membros do grupo; (e) Transferir à força crianças de um grupo para outro” (Holocausto, 2021).